

## **Identidade negra e silenciamentos escolares: entre diálogos acadêmicos e lutas sociais.**

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18446496>

Ewennye Rhoze Augusto Lima (História/UFCG)

Email: [ewennyerhoze@gmail.com](mailto:ewennyerhoze@gmail.com)

Laisa Fernanda Souza de Farias (História/UFRN)

Email: [nandafarias07@gmail.com](mailto:nandafarias07@gmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho apresenta os resultados de um projeto de identidade desenvolvido com turmas do 8º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Presidente João Pessoa, localizada no município de João Pessoa, Paraíba. Intitulado “NEGRO? EU?”, o projeto teve como foco investigar como os/as estudantes reconhecem (ou silenciam) suas identidades raciais, problematizando a construção das noções de negritude nos espaços escolares a partir das intersecções entre as disciplinas de História e Geografia. A proposta partiu da inquietação sobre como a escola pública lida com as relações étnico-raciais e com a presença — muitas vezes invisibilizada — de alunos/as negros/as em seu cotidiano. A metodologia adotada foi qualitativa, com caráter participativo e investigativo. Foram realizadas rodas de conversa, análises de imagens, mapas afetivos, oficinas de leitura e produção de textos, além da aplicação de questionários e dinâmicas de autodeclaração racial. O projeto também utilizou trechos de livros, músicas e documentários que discutem a temática da negritude e o racismo estrutural. O principal recorte analítico foi a escuta ativa dos/as estudantes sobre suas percepções identitárias e os espaços — físicos, sociais e emocionais — que a negritude ocupa em suas trajetórias escolares e pessoais. Os resultados revelaram um profundo silenciamento em torno da identidade negra. Muitos/as estudantes demonstraram dificuldade em se reconhecer como pessoas negras, mesmo quando seus traços fenotípicos e histórias familiares apontavam para essa ancestralidade. O não-reconhecimento, em diversos casos, esteve associado à ausência de representatividade positiva na escola e à persistência de estigmas sociais e culturais que associam a negritude à inferioridade.

**Palavras-chave:** Identidade racial; Negritude; Educação básica.

### **Introdução**

A identidade racial constitui-se como um dos elementos centrais na construção da subjetividade e na definição das experiências sociais no Brasil. Em um país marcado por uma história de colonização, escravidão e desigualdades estruturais, as noções de negritude e pertencimento racial não se desenvolvem de maneira linear ou descomplicada. Ao contrário, carregam em si marcas de silenciamentos, negações e ressignificações, influenciadas tanto pelo contexto histórico quanto pelas práticas sociais e educacionais. O espaço escolar, nesse sentido, torna-se um território de disputas simbólicas, onde se reproduzem e, ao mesmo tempo, podem ser confrontadas as hierarquias raciais.

O histórico de apagamento da presença negra nos currículos escolares brasileiros está intimamente relacionado a um projeto nacional de embranquecimento e à difusão de um mito de democracia racial, que sugere uma convivência harmoniosa entre diferentes grupos étnicos. Entretanto, autores como Kabengele Munanga (2004) problematizam essa narrativa ao evidenciar que o discurso da mestiçagem serviu, por muito tempo, como instrumento de

negação das identidades negras e de manutenção das desigualdades raciais. Nas escolas, esse processo se manifesta na ausência de representações positivas da população negra, na escassez de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana, e na permanência de estigmas que associam a negritude à inferioridade.

A promulgação da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004) representou um marco legal importante, obrigando as instituições de ensino a promoverem o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana. Contudo, quase duas décadas depois, os desafios permanecem evidentes: a implementação dessas políticas ainda encontra barreiras nas práticas pedagógicas cotidianas e na formação de professores, resultando em lacunas que dificultam o reconhecimento e a valorização das identidades negras nas escolas públicas.

Nesse contexto, a experiência relatada neste trabalho se insere como uma prática pedagógica de enfrentamento aos silenciamentos raciais, tomando a escola como espaço de construção identitária e resistência. O projeto intitulado “Negro? Eu?”, desenvolvido com estudantes do 8º ano da Escola Municipal Presidente João Pessoa, no município de João Pessoa, Paraíba, nasceu de uma inquietação: como os alunos e alunas negros/as reconhecem — ou silenciam — suas identidades raciais dentro do espaço escolar? A partir de uma abordagem interdisciplinar, articulando os componentes curriculares de História e Geografia, buscou-se problematizar os sentidos atribuídos à negritude, promovendo momentos de escuta, reflexão e produção coletiva de saberes.

A proposta metodológica partiu do princípio de que o reconhecimento da identidade racial é um processo que envolve não apenas a dimensão individual, mas também a social e a territorial. Por isso, foram realizadas rodas de conversa, oficinas de leitura e produção textual, análises de imagens e mapas afetivos, além de dinâmicas de autodeclaração racial. Essa escuta ativa permitiu acessar percepções profundas sobre como os/as estudantes vivenciam a presença negra em suas histórias pessoais e escolares. Os dados coletados revelaram que, em muitos casos, a pergunta “Negro? Eu?” emergia carregada de negação, desconforto e estranhamento, traduzindo os efeitos do racismo estrutural e internalizado.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, no entanto, foi possível observar movimentos de ressignificação identitária. O contato com referências positivas da história e da cultura negra, bem como com espaços geográficos de resistência — como quilombos

urbanos e manifestações culturais locais —, possibilitou que os estudantes começassem a reconhecer a negritude como potência, e não apenas como marca social estigmatizada. Esse processo dialoga com a concepção de Nilma Lino Gomes (2012), para quem o movimento negro, enquanto educador, impulsiona práticas pedagógicas que rompem com a invisibilização e fortalecem a consciência racial crítica.

Portanto, esta pesquisa busca contribuir com o debate sobre educação das relações étnico-raciais ao evidenciar que o enfrentamento do racismo na escola exige mais do que ações pontuais: requer práticas pedagógicas intencionais, sistemáticas e comprometidas com a valorização da identidade negra. A experiência vivida no projeto “Negro? Eu?” demonstra que, quando a escola abre espaço para o diálogo, o reconhecimento e a produção de sentidos sobre a negritude, inicia-se um movimento de transformação que ultrapassa os muros da instituição e reverbera nas trajetórias pessoais e coletivas de seus estudantes. A pesquisa desenvolvida teve caráter qualitativo, participativo e investigativo, valorizando as percepções e vivências dos/as estudantes como elementos centrais do processo. A proposta metodológica foi construída de forma interdisciplinar, envolvendo os componentes curriculares de História e Geografia, considerando que os estudos sobre identidade e territorialidade estão profundamente interligados (Gomes, 2012).

#### **As atividades foram estruturadas em três eixos principais:**

1. Escuta e reflexão sobre identidade racial – Foram realizadas rodas de conversa para compreender as percepções iniciais dos/as estudantes sobre a própria identidade racial. Nesse momento, surgiram expressões de dúvida, negação e desconforto diante da pergunta que intitula o projeto: “*Negro? Eu?*”.
2. Mapeamento e produção de sentidos sobre a negritude – Os alunos participaram de oficinas de leitura e produção de textos, análises de imagens e mapas afetivos, que permitiram articular vivências pessoais e saberes escolares. Trechos de livros, músicas e documentários foram utilizados para problematizar a presença histórica e cultural da população negra, inspirados na perspectiva de Fanon (2020) sobre racismo internalizado e na defesa de Abdias do Nascimento (2016) de que a negritude é resistência.

3. Autodeclaração e territorialidade – Foram realizadas dinâmicas de autodeclaração racial e visitas a territórios de resistência negra na cidade, como quilombos urbanos e manifestações culturais locais. O objetivo foi mostrar que a identidade negra se constrói também em relação ao território e às experiências comunitárias.

O projeto pedagógico em questão, ao desdobrar-se em três etapas – escuta e reflexão sobre identidade racial, mapeamento e produção de sentidos sobre a negritude, e autodeclaração e territorialidade –, configura-se como uma iniciativa de pedagogia crítica voltada para o letramento racial. Tal abordagem se alinha à perspectiva de Freire (1996), que defende a educação como um processo de conscientização e transformação social. A estrutura do projeto não se limita à transmissão de conteúdos, mas promove uma reflexão ativa sobre a identidade, desconstruindo o racismo internalizado e fortalecendo a autoestima dos estudantes.

A primeira etapa, que revela a dúvida e o desconforto dos estudantes diante da pergunta "Negro? Eu?", evidencia o fenômeno do racismo internalizado, um conceito central na obra de Fanon (2020). Para o autor, a colonização e a supremacia branca impõem uma visão distorcida do "ser negro", gerando uma alienação psíquica que leva à negação da própria identidade. O projeto, ao confrontar essa negação em um ambiente de escuta e acolhimento, atua diretamente na descolonização do pensamento e na reestruturação da subjetividade.

A segunda etapa, que utiliza trechos de livros, músicas e documentários, dialoga com a proposta de Abdias do Nascimento (2016), para quem a negritude é uma forma de resistência e um motor de transformação social. Ao ressignificar a negritude de um estigma para um valor cultural e histórico, o projeto fortalece a identidade dos estudantes, conectando suas vivências pessoais a uma história coletiva de luta e afirmação. Essa articulação entre o individual e o coletivo é crucial para a construção de uma identidade positiva e resiliente.

Todos os encontros foram registrados por meio de anotações de campo, questionários reflexivos e produções textuais dos/as estudantes, que constituíram o corpus de análise. Os resultados evidenciaram um profundo silenciamento em torno da identidade negra no espaço escolar. Muitos/as estudantes apresentaram dificuldade em se reconhecer como pessoas negras, mesmo quando seus traços fenotípicos e histórias familiares apontavam essa ancestralidade. Essa negação revelou-se associada à ausência de representatividade positiva

na escola, à invisibilização histórica da negritude e à persistência de estigmas sociais que associam a negritude à inferioridade (Cavalleiro, 2021; Ribeiro, 2017).

A pergunta provocadora do projeto, “Negro? Eu?”, inicialmente foi recebida com estranhamento e desconforto, sinalizando a existência de racismo internalizado (Fanon, 2020) e desconexão identitária. Em diversos momentos, os/as alunos/as relataram que ser negro/a estava relacionado a sofrimentos, preconceito ou exclusão, evidenciando como a escola, enquanto espaço de socialização, ainda não cumpre plenamente seu papel de valorização da diversidade (Carneiro, 2011).

Ao longo do projeto, contudo, observou-se um processo gradual de ressignificação identitária. As atividades interdisciplinares, o contato com obras literárias e musicais de autores/as negros/as, as discussões sobre racismo estrutural e a exploração de territórios de resistência negra possibilitaram que os/as estudantes começassem a construir novas narrativas sobre si mesmos/as. Essa transformação reflete o que Nilma Lino Gomes (2012) denomina de ação educativa do movimento negro, que inspira práticas pedagógicas emancipatórias.

Outro aspecto relevante identificado foi a relação entre o espaço físico da escola e a percepção identitária dos estudantes. Observou-se que os ambientes escolares, como murais, bibliotecas e nomes de salas ou projetos, raramente apresentavam referências positivas à cultura afro-brasileira. Essa ausência contribuiu para que os/as estudantes não se enxergassem representados no cotidiano escolar, reforçando o sentimento de invisibilidade. A partir do momento em que produções artísticas, cartazes e mapas afetivos construídos durante o projeto passaram a ocupar esses espaços, houve relatos de orgulho e pertencimento, indicando que a ocupação simbólica da escola é fundamental para o fortalecimento da identidade negra (Gonzalez; Hasenbalg, 2020).

Além disso, a análise das falas e produções textuais revelou que as representações sobre ser negro/a estavam fortemente atravessadas por estereótipos sociais. Muitos/as alunos/as inicialmente associavam a negritude a imagens de pobreza, marginalização ou violência, reflexo direto do racismo estrutural e midiático. As discussões e oficinas propiciaram a desconstrução gradual desses imaginários, ao apresentar exemplos históricos e contemporâneos de protagonismo negro nas áreas da ciência, arte, política e cultura. Essa estratégia pedagógica dialoga com as propostas de bell hooks (2013), que defende que a



educação emancipatória rompe com os currículos coloniais e abre espaço para a produção de novas narrativas identitárias.

Por fim, identificou-se que o processo de autodeclaração racial foi um dos momentos mais impactantes do projeto. No início, muitos/as estudantes hesitaram em assumir sua negritude, mas, ao final, parte deles/as passou a reivindicar com orgulho essa identidade, indicando um movimento de reconstrução subjetiva. Essa mudança reforça a perspectiva de Abdias do Nascimento (2016) sobre a negritude como instrumento de resistência e afirmação, mostrando que ações pedagógicas contínuas e intencionais podem transformar a experiência escolar em um espaço de empoderamento coletivo e pessoal. A abordagem metodológica do projeto, portanto, pode ser classificada como uma pedagogia da presença, que não apenas ensina sobre a história e a cultura negra, mas também coloca os estudantes em contato direto com a realidade de comunidades e manifestações culturais negras. Esse contato permite que a identidade seja construída a partir de uma experiência concreta, fortalecendo a conexão dos estudantes com suas raízes e com o território.

### **Considerações finais**

A realização do projeto “Negro? Eu?” trouxe à tona a complexidade dos desafios que envolvem o reconhecimento e a valorização da identidade negra no ambiente escolar. As atividades desenvolvidas evidenciaram que o problema não reside apenas em falhas pontuais da escola, mas em estruturas históricas e sociais profundamente enraizadas que moldam a experiência educativa de estudantes negros e negras. O racismo, mesmo quando velado, atravessa as relações interpessoais, o currículo e o espaço físico da escola, influenciando diretamente a forma como esses alunos percebem a si mesmos e ao mundo que os cerca.

Entre os principais problemas estruturais identificados, destaca-se a invisibilidade da cultura e da história negra no currículo escolar. Apesar de avanços legais que determinam a inclusão dessa temática, o cotidiano escolar mostra que esse conhecimento muitas vezes aparece de forma fragmentada ou restrito a datas comemorativas. A ausência de conteúdos contínuos e significativos reforça a ideia de que a negritude é um tema periférico e não central na construção da história do Brasil. Essa lacuna compromete a formação da consciência identitária e contribui para o silenciamento das vivências negras, fazendo com que muitos estudantes evitem se reconhecer como sujeitos históricos pertencentes a essa herança cultural.

Outro problema relevante é a falta de preparação de professores e gestores escolares para lidar de maneira efetiva com as relações étnico-raciais. A insegurança ao abordar o tema, somada à ausência de formação continuada, favorece a manutenção de práticas pedagógicas que não enfrentam o racismo e, muitas vezes, o reproduzem de forma involuntária. O resultado é um ambiente em que manifestações de preconceito podem ser minimizadas, naturalizadas ou ignoradas, reforçando o sentimento de exclusão e inferioridade entre os alunos negros.

A dimensão simbólica do espaço escolar também mostrou-se determinante na percepção identitária dos estudantes. Ambientes como corredores, salas de aula, bibliotecas e murais raramente apresentam elementos visuais que celebrem personalidades negras, territórios de resistência ou manifestações culturais afro-brasileiras. A escola, portanto, comunica de forma silenciosa quem é valorizado e quem é invisível. Essa ausência de representatividade reforça a sensação de não pertencimento, fazendo com que os alunos não se reconheçam como protagonistas da própria história.

Diante desse cenário, o projeto demonstrou que mudanças são possíveis quando a escola se organiza de forma intencional para promover uma educação antirracista. Uma das soluções mais urgentes é a integração sistemática da história e da cultura negra no currículo, de modo que o tema não seja tratado de forma isolada, mas como parte estruturante do conhecimento escolar. Essa abordagem precisa estar presente em diferentes componentes curriculares, permitindo que os estudantes compreendam a contribuição da população negra na ciência, na arte, na política e na formação social do país.

A formação docente contínua e crítica é outro caminho indispensável. Para que o ambiente escolar se transforme, é preciso que os educadores se sintam preparados para enfrentar o racismo, reconhecer situações de discriminação e desenvolver estratégias pedagógicas que promovam a valorização da diversidade. Essa formação deve ultrapassar palestras pontuais, envolvendo estudos, trocas de experiências e a construção de projetos coletivos.

Além disso, é essencial que a escola ocupe simbolicamente seus espaços com elementos que representem a presença e a resistência negra. Murais, bibliotecas, eventos e projetos podem funcionar como instrumentos de reconhecimento e pertencimento. Quando o

estudante se vê refletido positivamente no ambiente escolar, cria-se um vínculo afetivo que fortalece sua autoestima e potencializa o aprendizado.

As parcerias com comunidades locais e grupos culturais também se mostraram fundamentais. O contato direto com quilombos urbanos, coletivos artísticos e movimentos sociais enriquece o processo educativo e amplia o olhar dos estudantes sobre a negritude como potência e não como marca de exclusão. Essa conexão entre escola e território faz com que o conhecimento escolar se torne vivo e significativo, promovendo experiências de aprendizagem que dialogam com a realidade social dos alunos.

Em síntese, a experiência do projeto “Negro? Eu?” revelou que o enfrentamento ao racismo na escola exige ações intencionais, estruturadas e permanentes. Não se trata apenas de mudar conteúdos, mas de transformar práticas, ambientes e relações. Quando a escola abre espaço para a escuta ativa, para a produção de narrativas próprias e para a valorização da diversidade, ela deixa de ser um lugar de silenciamento e passa a ser um espaço de resistência e afirmação.

O impacto observado nos estudantes durante o projeto demonstra que a educação antirracista é capaz de provocar mudanças subjetivas profundas, fortalecendo a autoestima e o sentimento de pertencimento. Transformar a pergunta “Negro? Eu?” em uma afirmação orgulhosa é o primeiro passo para que novas gerações construam trajetórias de vida mais conscientes, empoderadas e livres do peso do racismo histórico. Mais do que um projeto pontual, esse trabalho aponta para um caminho necessário e contínuo: o de fazer da escola pública um espaço de memória, identidade e transformação social.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/SECADI, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 6 ago. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2020.



GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Educação antirracista e currículo escolar: desafios para a prática docente**. Curitiba: Appris, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Rosângela de Jesus Silva de. **Educação e identidade negra: caminhos para uma pedagogia da diversidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade: literaturas negras e educação para as relações raciais**. São Paulo: Pallas, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Joel Rufino dos. **A história do negro no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Educação das relações étnico-raciais: desafios e perspectivas**. 2. ed. Brasília: MEC/SECADI, 2019.